

**Entrevista sobre o Acordo UE-Mercosul com Katia Penha – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Brasil
Outubro, 2022**

Katia Penha: Eu sou a Katia Penha, eu sou aqui do estado do Espírito Santo, meu quilombo chama Divino Espírito Santo, sou filha de agricultor, sou agricultora familiar, sou filha de agricultor. Também tenho uma relação com a terra muito, mas muito forte. Então eu ando, eu piso na terra, eu tenho que sentir a terra para me energizar e continuar. Mas eu sou coordenadora nacional da CONAQ e hoje estou tocando a pauta ambiental. Respiro a pauta ambiental desde pequena. Acho que eu nasci nisso, né? Eu já tenho vários, poucos e bons inimigos aqui na minha cidade pela questão ambiental. Então estou hoje falando de todos os biomas, principalmente a Amazônia e com os povos da Amazônia, defender o meu povo que está na Amazônia e dizer que a Amazônia também é uma Amazônia quilombola, é uma Amazônia negra e que todo mundo precisa estar e ficar onde quiser ficar. É isso? Essa sou eu.

Entrevistador: Quais salvaguardas e preocupações você acredita que acordos de livre comércio como o Mercosul-UE devem considerar?

Katia Penha: A primeira consideração é levar em consideração as comunidades e o povo que mora dentro da floresta, né? Então é um acordo sem nenhum ligamento com quem vive dentro da floresta. Que são pessoas. Não estão só as árvores e os animais, estão as pessoas. Então é um acordo que foi e está sendo dialogado. O Estado brasileiro, junto com os demais países, dialoga sem levar em consideração a pessoa humana. Sendo elas preto, branco, pardo, indígena. E quem são mais impactados com esse acordo, somos nós que estamos aqui fazendo a defesa da floresta, a defesa da terra, a defesa da biodiversidade. Então não tem como não impactar. Eu não vejo uma forma de dizer que não vai impactar, porque é uma coisa que está sendo dialogada sem os consultar até, ou se tem consulta é uma consulta muito fragilizada pela instrumentalização jurídica que cabe aos povos que aqui vivem dentro da floresta.

Entrevistador: Em biomas como Amazônia, Cerrado e Pantanal, o desmatamento pode ser agravado impulsionado pela expansão agrícola em detrimento do acordo. Como o desmatamento atinge seu território e sua comunidade?

Katia Penha: Tem duas coisas que são gravíssimas no Brasil. Primeiro, vender produtos para fora e deixar o povo passando fome no seu país. Isso é grave. E usando parte dessa produção em áreas que são caríssimas e que faz mal, que é o corpo, que é o pulmão, que é a cabeça, que são as áreas da Amazônia e também dos demais biomas. Mas eu falo da Amazônia como um todo. Quando se pensa em desenvolvimento agrícola, com certeza a gente tem aí, um

impacto muito grande para esse desenvolvimento agrícola. A gente não planta soja ou milho em topo de árvore. Para plantar soja, ela precisa de um solo e esse solo está coberto pelas árvores da Amazônia, pelas árvores do Cerrado, pela Mata Atlântica. E dentro dessas árvores existe uma biodiversidade e existe um também o povo. Então, é muito triste quando a gente vê que esse desenvolvimento não é para os brasileiros. Essa carne, essa soja, esses grãos são para exportação, para servir o mercado europeu, enquanto milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, enquanto vários quilombolas, enquanto vários povos indígenas estão passando fome, não têm comida. Então é uma desigualdade. Temos que pensar no desenvolvimento econômico a partir daquilo que é mais sagrado. Esse acordo do Mercosul, quando a gente fala assim que a carne está cara no Brasil, pô, se a gente pudesse fazer uma produção para o externo servir a nós, a gente poderia até refletir sobre o acordo, mas é uma produção para servir o externo. Nós estamos passando por um momento de crise e que a gente olha para os lados e olha para o outro, nosso valor de compra está cada dia caindo e não é com subsídio de políticas assistencialistas que vai resolver a questão da fome, a questão da terra. Nós estamos vivendo uma crise emergencial, climática. E a todo tempo o Estado brasileiro pensa em desenvolver o poder econômico de produção, que deveria ser ao contrário, poderia sim fazer o acordo do Mercosul para que as árvores continuassem em pé. Por que não?

Há um modelo, há tecnologias. Quando a gente olha nos acordos que o Brasil faz externamente sobre a questão ambiental, é desastre. É um desastre. Como que um Brasil apresenta numa COP de 2021 que ele vai reduzir 30% ou 40% da sua área de expansão de produção agrícola e agora, esse mesmo Estado, diz que não, que a gente vai fazer esse acordo porque a gente precisa produzir. Não é contraditório? Ou está chamando o povo brasileiro de energúmeno, para nos chamar de jumento, ou acha que nós, povos que estão dentro da floresta, não sabemos fazer a análise política e o que que vai nos impactar. Então é muito grave isso. E tem muita gente que não está olhando para isso. Nós vamos continuar exportando, vai desenvolver trabalho. Não é trabalho! Frigorífico não gera trabalho. Plantações de cana não geram trabalho. Será que gera trabalho? É a agricultura familiar que fomenta. Agricultura familiar, ela gera. Agricultura familiar alimenta. Não é para boi, não. É para as pessoas, seres humanos. E é isso que a gente está preocupado. E é com esta análise que eu, enquanto quilombola, defendo que esse acordo do Mercosul, do jeito que está, com os instrumentos jurídicos ambientais que nós estamos passando pelo Brasil, não dá!

O mercado europeu tem que entender que o povo brasileiro, com esse, com o quem está aí, não tem como avançar. Como é que a gente vai exportar carne, gente, se a gente tá passando fome? Tem como fazer diálogo? Tem como a gente falar assim? Não ser contra?

Entrevistador: Você tem alguma sugestão de como o Acordo pode impactar positivamente os povos indígenas?

Katia Penha: Acho que primeiro entender que nós estamos passando por um momento que não dá mais para expandir produção de nada no Brasil, é utilizar as áreas que já estão. Trazer tecnologia de baixo impacto para o meio ambiente. Trabalhar de uma forma sustentável e viável, não de commodities. Não dá mais para a gente devastar o Cerrado. Não dá mais para todos os momentos ter mineração dentro da Amazônia como processo exploratório. Mas que o Brasil tem que pensar em desenvolver produtos daqui. Nós somos o país que tem mais produção de recursos naturais do mundo. Como é que a gente pega o nosso produto bruto e manda para o Estado europeu e depois a gente compra de volta? Isso não existe! De que forma que a gente pode construir um país, que seja também um país desenvolvido para todos e todas, sem que a gente nos venda ainda mais, sem que o Estado brasileiro fique vendendo os recursos que parecem que nunca vão acabar. E o povo aqui sofrendo com esses impactos que ficam. E porque a gente sofre. Nós é que sofremos.

Quando uma árvore é derrubada, são milhares e milhares de gerações derrubadas junto com ela. Quando um rio é impactado, nós morremos junto com o rio. Não dá mais para gente ficar nos vendendo e botar a viseira da invisibilidade, com cada governo que entra, que sai, que muda a legislação e a gente que sofre com essa legislação. Por culpa de uma porcentagem minoritária que nem no Brasil vive. Será que até quando o povo brasileiro vai sustentar uma classe tão menor de enriquecimento que não fica aqui? Que o nosso minério, o nosso ouro, a nossa madeira, tudo o que vem para cá, é tudo muito caro. E a gente não tem acesso. E sai dos nossos territórios. Não dá mais para a gente entrar num próximo ano sem pensar nesse desenvolvimento a gente quer construir, sim. Mas um desenvolvimento que respeite acima de tudo a vida, que nós não somos importadores de desenvolvimento econômico. Nós somos os que preservamos e que mantém ainda esse Brasil com a diversidade de biomas, sendo lá ele com pouca porcentagem ou com muita porcentagem.

Como é que pode, em um ano só, a gente deixar destruir 50% da Amazônia, 30% do Cerrado. O Pampas eu nem falo mais nada, porque o que tá segurado lá é porque tá na mão de povos e comunidades tradicionais. Na Mata Atlântica, se somos 215 milhões de brasileiros, a metade do povo brasileiro mora em um único bioma. E a gente está destruindo. Então não dá mais para pensar em nenhum desenvolvimento para fora, para atravessar o Atlântico, para atravessar o Pacífico. E a gente fica aqui cada dia que passa, empobrecido. É um empobrecimento cultural, um empobrecimento alimentar e um empobrecimento de moradia. E aí negar que a gente não está? Que a gente está bem? Eu acho que é surreal, sabe? Não dá para pensar mais. Não dá mais para admitir. Nem pensar! Nós defensores da natureza, da terra, não tem mais como colocar a viseira e ficar ouvindo esse atual governo ou outros

governos que virão, a pensar na Amazônia apenas como troca, como moeda de troca. Pensa num povo como moeda de troca. Os recursos naturais como moeda de troca. Não seria moeda de troca os recursos naturais, porque os recursos naturais vão para lá, eles desenvolvem e agregam outros produtos e volta para cá. E a gente compra eles, a gente consome eles. As melhores coisas ficam lá na Europa. E o que vem para cá vem um subproduto que a gente tem que se estapear para poder acessar.

Entrevistador: Como você acha que os povos indígenas e a sociedade civil poderiam participar de forma efetiva da implementação do Acordo, caso aprovado?

Katia Penha: Tem uma coisa muito importante que a gente tem trabalhado, que é o processo da governança, né? Que a gente precisa estar dentro dessa participação. A caneta nunca vai estar conosco. Mas pelo menos a gente vai fazer com que aquelas pessoas que vão fazer a canetada, pensar e refletir e ver o outro lado. Então, primeiro é ter um processo de governança, de salvaguarda. Os povos precisam estar dentro desse processo de governança, da salvaguarda da biodiversidade. Beleza vai fazer esse acordo, mas precisa salvaguardar algumas coisas. Não dá para a gente sair vendendo tudo.

Não dá! Tem coisas que ninguém vende, o chá que tu melhora da noite pro dia de uma gripe, gente. Como é que você vai negociar aquilo que é inegociável? Então, primeiro pensar nesse processo que tem os povos, que têm as comunidades quilombolas, que têm os ribeirinhos, que tem os indígenas dentro desse guarda-chuva maior e que as legislações no Brasil o faça que de fato que aconteça. A Convenção 169, ela precisa ser atuante no Brasil. Os instrumentos jurídicos de leis, de decretos que o Brasil assina, não dá para a gente ficar colocando de lado e buscar outros e mais outros instrumentos, sabe? E a gente sabe que nós não vamos ter muita coisa em termos de projetos. Eu acho que pensar, a beleza, a Europa vai, as organizações de lá vão desenvolver projetos sociais aqui conosco. Não é só isso, não. A gente quer fazer esse monitoramento dessas áreas que estão desmatando. Beleza, o que vai ser exportado? Carne? Grãos? Quantos por cento vai desmatar? Ou vai desmatar mais? Ou não precisa desmatar mais? Tem que ter uma porcentagem até onde podemos colocar dentro disso, sabe? Não dá para falar assim: nós vamos produzir, vamos exportar e vamos continuar desmatando. E também esses estados da Europa têm que perceber que o produto que eles estão – e aí é a nossa parte: a parte da denúncia, do enfrentamento. Sabemos que a gente vai morrer porque quando a gente fala, a gente começa a ter uma bala apontada para nossa cabeça – que a carne que os europeus estão comendo, é a carne que sai da nossa terra. Que derrubou uma árvore de 300 anos e que acabou com um rio que matou de sede o nosso povo. Então tem que começar a impactar esse povo pelo sentimento da culpa também. Eles são o culpado de a gente morrer no Brasil. A gente tem que começar a fazer isso. Ah, vamos ser vitimistas? É vitimismo? Não é vitimismo.

A gente está em processo de defesa. Porque a legislação, claro que tu acompanha, mas nós perdemos nos últimos anos uma política ambiental devastadora no Brasil. Todas as organizações de monitoramento de via satélite foram desmontadas, todos os mecanismos de monitoramento, IBAMA e ICMBIO, foi tudo desmontado. Para que? Para servir a quem? Essas pessoas precisam saber. Que o que que ela tá consumindo do Brasil vem de territórios de sacrifício, sabe? Vem desses territórios de sacrifícios. E esse sacrifício quem está pagando com a vida somos nós!

Entrevistador: Caso fosse criado um eventual Observatório do Acordo, como você acha que este deveria funcionar? Você gostaria de fazer parte disso?

Katia Penha: Tem duas coisas: primeiro precisa separar, não é que a gente vai estar no monitoramento, que a gente é a favor do acordo. O acordo está há muito tempo sendo escrito. Tem o processo do impacto. Tem coisas que precisam ser inseridas, principalmente. Coisas que são insuficientes do ponto de vista nosso, que é o do SDS. É muito insuficiente, principalmente na questão da salvaguarda para as comunidades quilombolas. Mas a CONAQ poderia estar. Ela com certeza estará com uma coisa (condição): que esse comitê ou governança, tivesse também o poder de vetar. De dizer não. Por que só para criar algo para dizer que estão nos escutando, eu vou continuar falando aqui para os meus, não preciso ir em reunião nenhuma. Agora, se a gente for e tiver esse processo de ir para a mesa e ter o poder de dizer: “isso aqui nós não aceitamos” e que pode modificar o acordo, aí sim seria [interessante]. Mas acho que a gente precisa, sim, unificar as lutas. E para quem? Quem que daria o veredito final? Quais são os países que irão nos ouvir? A Europa, O Mercosul, os países aqui da região da América do Sul? A gente queria ter um momento de falar assim: “Beleza, vocês estão querendo isso, mas nós não aceitamos”. Teria que levar em conta que teria que levar em consideração. Aí sim, seria um acordo justo e uma governança equilibrada e justa. Porque assim, a gente vai exportar carne mais barata pra Europa ainda, né? Eles não compram uma alfarroba barata. Como que a gente vai comprar carne aqui no Brasil? Não vamos continuar comprando mais caro. Saindo das nossas terras? Desmatando a nossas árvores? Acabando com nossos rios?

Qual o subsídio que esse acordo vai dar para o povo brasileiro? E aí eu não falo só os povos [tradicionais], não, falo o povo brasileiro, porque a gente que fica na floresta e é a população brasileira, as 215 milhões também são contempladas por isso. Qual o subsídio que o Brasil vai ter? Que nós povo brasileiro – que o Brasil, não! Não tô falando no Brasil de rico, não. Falando do Brasil 50% mais pobre. – Nós vamos ter um subsídio dentro desse desses produtos aí? É uma pergunta. Mas é para pensar. Ah, outra coisa. Vai precisar plantar até quanto? Quantas

toneladas/ano? Quantos mil anos vai ser exportado para dentro desse acordo? Vai aumentar? Tem que ter o monitoramento de desmatamento real. Ter um comprovante de selo da onde que essas mercadorias estão saindo. Onde esses produtos estão saindo. Se são de área de expansão, de desmatamento. Também tem que ter isso. Porque aí a gente consegue fazer um monitoramento. “Olha, sei lá, país x, a carne que tu tá comprando aí por um valor acessível do Brasil, tá saindo da área lado de Oriximiná, do Quilombo X, que desmatou não sei quantos pra colocar bolo”. Isso é monitoramento. Isso é participação. Sem isso não tem acordo. Não tem diálogo para a gente fazer reunião para eles apresentarem as metas, disso e daquilo, então não precisa a gente estar. Eles já fazem. Sem a nossa consulta.

Entrevistador: Que mensagem você gostaria de passar para os negociadores/formuladores dos próximos passos do Acordo?

Katia Penha: Bom, não só para o Brasil, mas toda a América Latina, todo o país que compõe, que tem povos indígenas, povos tradicionais, afro rurais, principalmente o Brasil. Que leva em consideração, acima de tudo, a vida. Porque de diversos territórios que eles vão comprar, que eles vão adquirir produtos, morreu muita gente e ainda está morrendo muita gente pela ganância de um desenvolvimento desenfreado, sem pensar no equilíbrio climático, sem pensar no desenvolvimento social, sem pensar numa possibilidade de continuação dessas pessoas que aqui estão. Que a carne, a melhor carne que eles vão comer, está saindo de territórios completamente devastados com a expulsão de pessoas que não tem casas, que não tem escola, que não tem posto de saúde. Mas que eles estão comendo a melhor carne, porque essas pessoas estão sendo expulsas, estão sendo retiradas do seu solo sagrado. E não é isso que a gente quer. Não é isso que a gente quer nem para nós nem para os nossos filhos. Nem para os que vieram ontem, nem os que estão vindo hoje, e nem os que estão vindo no amanhã. A gente quer viver aqui no nosso território, comendo nosso peixe do nosso rio, tirando nosso leite da nossa vaquinha. Preservando e não emitindo gás carbônico para ninguém, né? Então é isso que eles pensassem, refletissem isso.